

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 4/2025

Processo nº 01415.001475/2024-90

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS E A SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO AMAPÁ, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O **INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM)**,arquia federal com sede em Brasília, no endereço Setor Bancário Norte – SBN, quadra 02, bloco N, Edifício CNC III, Brasília/DF, cep 70.040-020, inscrito no CNPJ/MF nº 10.898.596/0001-42, neste ato representada pela Presidente FERNANDA SANTANA RABELLO DE CASTRO, nomeada por meio de Portaria nº 1.524, de 7 de fevereiro de 2023 publicado no Diário Oficial da União em 07 de fevereiro de 2023, portadora da matrícula funcional nº 1821335; e

A **SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO AMAPÁ (SECULT/AP)** com sede em Macapá, no endereço Rua Professor Tostes, nº 1579 – Bairro: Santa Rita, Macapá-AP, CEP 68900-022, inscrita no CNPJ/MF 11.762.155/0001-81, neste ato representada pela Secretária de Cultura CLICIA HOANA VILHENA VIEIRA DI MICELI, nomeada por meio de Decreto 0015/2023, publicado no Diário Oficial do Estado do Amapá em 03 de janeiro de 2023, portadora da matrícula funcional nº 0978410-1-01.

RESOLVEM celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA** com a finalidade de colaboração, articulação e implementação do sistema estadual de museus do Estado do Amapá, cuja ação se mostra estratégica para o incremento das ações empreendidas na construção de políticas públicas para o campo dos museus, tendo em vista o que consta do Processo n. 01415.001475/2024-90 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, da Portaria SEGES/MGI nº 1.605, de 14 de março de 2024, Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, e demais leis do setor museal e suas alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica é a promoção de ações conjuntas visando , a partir da integração de competências e de recursos técnico institucionais, o desenvolvimento e a operacionalização de ações que contribuam para o reconhecimento, o incentivo, o fortalecimento, a difusão e o fomento de políticas públicas no campo dos museus, a ser executado no Estado do Amapá, conforme especificações estabelecidas no Plano de Trabalho.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes buscarão seguir o plano de trabalho que, independentemente de transcrição, é parte integrante do presente Acordo de Cooperação Técnica, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES COMUNS

Constituem obrigações comuns de ambos os partícipes:

- a) elaborar o Plano de Trabalho relativo aos objetivos deste Acordo;
- b) executar as ações objeto deste Acordo, assim como monitorar os resultados;
- c) responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, por seus colaboradores, servidores ou prepostos, ao patrimônio do outro partícipe, quando da execução deste Acordo;
- d) analisar resultados parciais, reformulando metas quando necessário ao atingimento do resultado final;
- e) cumprir as atribuições próprias conforme definido no instrumento;
- f) realizar vistorias em conjunto, quando necessário;
- g) disponibilizar recursos humanos, tecnológicos e materiais para executar as ações, mediante custeio próprio;
- h) permitir o livre acesso a agentes da administração pública (controle interno e externo), a todos os documentos relacionados ao acordo, assim como aos elementos de sua execução;
- i) fornecer ao parceiro as informações necessárias e disponíveis para o cumprimento das obrigações acordadas;
- j) manter sigilo das informações sensíveis (conforme classificação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação - LAI) obtidas em razão da execução do acordo, somente divulgando-as se houver expressa autorização dos partícipes;
- k) observar os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste acordo; e
- l) obedecer às restrições legais relativas à propriedade intelectual, se for o caso.

Subcláusula única. Os partícipes concordam em oferecer, em regime de colaboração mútua, todas as facilidades para a execução do presente instrumento, de modo a, no limite de suas possibilidades, não faltarem recursos humanos, materiais e instalações, conforme as exigências do Plano de Trabalho.

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO INSTITUTO BRASILEIRO MUSEUS

Para viabilizar o objeto deste instrumento, são responsabilidades do Instituto Brasileiro de Museus:

- a) designar servidor responsável por acompanhar e executar as ações previstas neste Acordo;
- b) sistematizar dados relativos ao Sistema Brasileiro de Museus, a Política Nacional de Museus e a Política Nacional Setorial de Museus para apoiar no monitoramento das ações planejadas à formalização e implementação do Sistema Estadual de Museus e das políticas estabelecidas no Estado;
- c) organizar um calendário de encontros estaduais, regionais e/ou municipais, por meio de visitas técnicas e/ou do programa (Re)conexões, com o objetivo de difundir os instrumentos das políticas do Governo Federal e de aprimoramento das ações necessárias visando pactuar agendas de trabalho conjuntas;
- d) disponibilizar informações relativas às ações estabelecidas no Estatuto de Museus, referentes à Fiscalização, Registro de Museus, Cadastro de Museus, Plano Museológico, entre outros dos instrumentos das políticas federais;
- e) apoiar ações de fomento visando o fortalecimento de políticas públicas no campo

dos museus no Estado;

f) articular e apoiar a implementação de ações estruturantes do Ibram no Estado (Programa Acervo em Rede, Programa Arqmuseus, Programa Bibliomuseus, Programa iMuseus, Programa Saber Museu, Programa Brasiliana, Programa Pontos de Memória, Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro), e de ações estruturais (Projeto Tainacan, Cadastro de Bens Musealizados Desaparecidos, Cadastro Nacional de Museus, Registro de Museus, Projeto Museus e Público, Projeto Conhecendo Museus, Projeto Brasiliana, Programa (Re)conexões, Projeto Passaporte de Museus);

g) garantir a articulação com o Estado do Amapá, visando a participação, promoção e divulgação de instituições e ações no calendário de eventos do Ibram, como a Semana Nacional de Museus, a Primavera de Museus, o Passaporte de Museus e o Fórum Nacional de Museus.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO AMAPÁ

Para viabilizar o objeto deste instrumento, são responsabilidades da Secretaria de Estado da Cultura do Amapá:

- a) designar servidor que será responsável para acompanhar e executar as ações previstas neste Acordo;
- b) viabilizar os meios e instrumentos técnicos necessários para o desenvolvimento das ações de implementação do Sistema de Museus no Estado, envidando esforços internos e parcerias para a consecução do referido objeto;
- c) encaminhar ao Ibram relatórios periódicos à medida que forem coletados os dados e informações dos museus do estado referente ao Cadastro Nacional de Museus;
- d) fomentar a implantação de sistemas municipais de museus, bem como facilitar a participação dos municípios nas atividades promovidas pelo estado do Amapá;
- e) atuar junto às redes temáticas, Pontos de Memória e demais instituições de memória, programas e organizações de atuação integrada, pertinentes ao campo;
- f) incentivar e apoiar a adesão de instituições às ações estruturantes e estruturais de promoção do Ibram;
- g) prestar a colaboração pactuada com o Ibram, na medida de sua capacidade e em conformidade com seu Estatuto, seu Regimento Geral e demais regulamentos internos;
- h) incentivar a participação das instituições de memória locais nos eventos promovidos pelo Ibram, como a Semana Nacional de Museus, a Primavera de Museus, Passaporte de Museus e o Fórum Nacional de Museus;
- i) estimular e desenvolver ações estabelecidas no Estatuto de Museus, referentes à Registro de Museus, Cadastro de Museus, Plano Museológico, dentre outros instrumentos da Política Nacional de Museus.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

No prazo de 10 dias a contar da assinatura do presente Acordo, cada partícipe designará formalmente o responsável titular e respectivo suplente, preferencialmente servidores públicos, para acompanhar a execução e o cumprimento do objeto do Acordo de Cooperação Técnica.

Subcláusula primeira. Competirá aos responsáveis a comunicação com o outro partícipe, bem como transmitir e receber solicitações; marcar reuniões, devendo todas as comunicações serem documentadas.

Subcláusula segunda. Sempre que o indicado não puder continuar a desempenhar a

incumbência, este deverá ser substituído. A comunicação deverá ser feita ao outro partícipe, no prazo de até 10 dias da ocorrência do evento, seguida da identificação do substituto.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS PATRIMONIAIS

Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros ou doação de bens entre os partícipes para a execução do presente Acordo de Cooperação Técnica. As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como: pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos partícipes.

Subcláusula primeira. As ações que implicarem repasse de recursos serão viabilizadas por intermédio de instrumento específico.

Subcláusula segunda. Os serviços decorrentes do presente Acordo serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos partícipes quaisquer remunerações.

8. CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos utilizados por quaisquer dos PARTÍCIPES, em decorrência das atividades inerentes ao presente Acordo, não sofrerão alteração na sua vinculação nem acarretarão quaisquer ônus ao outro partícipe.

Subcláusula única. As atividades não implicarão cessão de servidores, que poderão ser designados apenas para o desempenho de ação específica prevista no acordo e por prazo determinado.

9. CLÁUSULA NONA - DO PRAZO E VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Acordo de Cooperação Técnica será de 12 meses a partir da assinatura, podendo ser prorrogado, mediante a celebração de aditivo.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Acordo poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante termo aditivo, desde que mantido o seu objeto.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ENCERRAMENTO

O presente Acordo de Cooperação Técnica será extinto:

- a) por advento do termo final, sem que os partícipes tenham até então firmado aditivo para renová-lo;
- b) por denúncia de qualquer dos partícipes, se não tiver mais interesse na manutenção da parceria, notificando o parceiro com antecedência mínima de 30 dias;
- c) por consenso dos partícipes antes do advento do termo final de vigência, devendo ser devidamente formalizado; e
- d) por rescisão.

Subcláusula segunda. Se na data da extinção não houver sido alcançado o resultado, os partícipes entabularão acordo para cumprimento, se possível, de meta ou etapa que possa ter continuidade posteriormente, ainda que de forma unilateral.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido justificadamente, a qualquer tempo, por qualquer um dos partícipes, mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 30 dias, nas seguintes situações:

- a) quando houver o descumprimento de obrigação por um dos partícipes que inviabilize o alcance do resultado do Acordo de Cooperação Técnica; e
- b) na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do objeto.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

Os PARTÍCIPIES deverão publicar o Acordo de Cooperação Técnica na página de seus respectivos sítios oficiais na internet, no prazo de até 10 (dez) dias, a contar da sua assinatura.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO

A publicidade decorrente dos atos, programas, obras, serviços e campanhas, procedentes deste Acordo de Cooperação Técnica deverá possuir caráter educativo, informativo, ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do art. 37, §1º, da Constituição Federal.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA AFERIÇÃO DE RESULTADOS

Os partícipes deverão aferir os benefícios e alcance do interesse público obtidos em decorrência do ajuste, mediante a elaboração de relatório conjunto de execução de atividades relativas à parceria, discriminando as ações empreendidas e os objetivos alcançados, no prazo de até 60 dias após o encerramento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os partícipes, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

Na hipótese de haver divergências, que não puderem ser solucionadas diretamente por consentimento, os partícipes solicitarão à Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal - CCAF, órgão da Advocacia-Geral da União, a avaliação da admissibilidade dos pedidos de resolução de conflitos, por meio de conciliação.

Subcláusula única. Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Acordo de Cooperação Técnica o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária da Justiça Federal do Distrito Federal, nos termos do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, assinam eletronicamente por meio de seus representantes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Brasília/DF, 02 de abril de 2025.

Partícipe 1

Fernanda Santana Rabello de Castro

Presidente do IBRAM

Partícipe 2



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Santana Rabello de Castro, Presidenta do Instituto Brasileiro de Museus**, em 07/04/2025, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CLICIA HOHANA VILHENA VIEIRA DI MICELI, Usuário Externo**, em 08/04/2025, às 09:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.museus.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2743363** e o código CRC **FDA274FE**.

ANEXOS AO MINUTA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

PLANO DE TRABALHO

Processo 01415.001475/2024-90

DADOS CADASTRAIS

PARTÍCIPE 1: Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM CNPJ: 10.898.596/0001-42

Endereço: Setor Bancário Norte Quadra 02, lote 8, bloco N, Edifício CNC III

Cidade: Brasília

Estado: DF

CEP: 70.040-020

Esfera Administrativa: Órgão Federal

Nome do responsável: Fernanda Santana Rabello de Castro

Matrícula: 1821335

Cargo/função: Presidenta do IBRAM

PARTÍCIPE 2: Secretaria de Estado de Cultura do Amapá

CNPJ: 11.762.155/0001-81

Endereço: Rua Professor Tostes, nº 1579 – Bairro Santa Rita

Cidade: Macapá

Estado: Amapá

CEP: 68900-022

Esfera Administrativa: Órgão Estadual

Nome do responsável: Clicia Hoana Vilhena Vieira Di Miceli

CPF: 342.138.802-49

RG: 044421

Órgão expedidor: POLITEC/AP

Cargo/função: Secretária Estadual de Cultura

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Título: Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Instituto Brasileiro de Museus e a Secretaria de Estado de Cultura do Amapá.

Período de Execução ; 12 meses

DESCRIÇÃO DO OBJETO

Este Plano de Trabalho tem por objetivo ser um instrumento que integra a proposta de celebração do Acordo de Cooperação Técnica, apresentando o detalhamento das etapas e ações propostas. Portanto, trata-se de parte fundamental no planejamento e acompanhamento do que se pretende realizar.

Dessa forma está de acordo com o objetivo do ACT que visa promover a integração de competências e de recursos técnicos institucionais para a realização de ações conjuntas e de recursos técnicos institucionais com a finalidade de colaboração, articulação e implementação do sistema estadual de museus do Estado do Amapá, cuja ação se mostra estratégica para o incremento das ações empreendidas na construção de políticas públicas para o campo dos museus.

JUSTIFICATIVA

A recriação do Ministério da Cultura - MinC, em janeiro de 2023, dentro da estrutura do Poder Executivo Federal brasileiro, estabeleceu nova orientação de gestão, comprometida com campo cultural brasileiro e com o propósito de reintegração de políticas e programas descontinuados em gestão anterior.

Nesse contexto, se insere o Instituto Brasileiro de Museus, com a retomada de ações, no âmbito de um plano de implementação de políticas públicas, onde o papel dos museus assume fundamental importância para a valorização do patrimônio como dispositivo estratégico de aprimoramento dos processos democráticos.

A partir de um cenário de marcos regulatórios do campo consolidados e uma política pública sistematizada voltada para os museus brasileiros, a Política Nacional de Museus, desponta, com grande potencialidade para um projeto amplificado e diversificado de ações, o fortalecimento do Sistema Brasileiro de Museus, grande rede de articulação e promoção dos museus brasileiros, incorporando museus públicos, federais, estaduais, municipais, e privados, articulando ações em rede em diversas áreas, como pesquisa, conservação, restauro, exposições, ampliação de acervos, formação de mão de obra especializada, dentre outras, com o objetivo de construção participativa e colaborativa, visando a inclusão social e dentro da compreensão da cultura como fator de cidadania e desenvolvimento social.

Gerenciado pelo IBRAM, o Sistema Brasileiro de Museus, consiste em uma rede organizada de instituições museológicas, de adesão voluntária, com o objetivo de facilitar o diálogo e a gestão integrada entre museus – que podem ser públicos e privados, assim como comunitários e ecomuseus, entidades educacionais relacionadas à museologia, organizações sociais e grupos étnicos e culturais que desenvolvam programas, projetos ou atividades museológicas e outras entidades afins.

O Instituto fixa as diretrizes do Sistema (mediante Comitê Gestor, composto por representantes de órgãos e entidades da área da museologia, do setor governamental e da sociedade civil) e estabelece orientação normativa e supervisão técnica para o exercício de suas atividades. Entre os vários objetivos

do Sistema, elencados na legislação, destacam-se os de: promover a articulação entre instituições museológicas, estimular o desenvolvimento de programas e projetos que respeitem e valorizem o patrimônio cultural de comunidades populares e tradicionais, divulgar padrões e procedimentos técnico-científicos que orientem as atividades dos museus, impulsionar a participação da sociedade no setor museológico, incentivar a criação e a articulação de redes temáticas e promover a instalação de sistemas estaduais, regionais, distritais ou municipais de museus, que tem por objetivo auxiliar e conectar, em nível mais local, os museus.

O Acordo proposto está em consonância com as premissas da Política Nacional de Museus, notadamente no tocante à preservação e fruição do patrimônio cultural musealizado, e com a Lei Federal nº 11.906/2009, que cria o Ibram, principalmente no que concerne ao Art. 3º, alíneas I, II, III, IV, V, VII e VIII do referido diploma legal que aponta como finalidade da instituição:

- promover e assegurar a implementação de políticas públicas para o setor museológico, com vistas em contribuir para a organização, gestão e desenvolvimento de instituições museológicas e seus acervos;
- estimular a participação de instituições museológicas e instituições de memória nas políticas públicas para o setor museológico e nas ações de preservação, investigação e gestão do patrimônio cultural musealizado;
- incentivar programas e ações que viabilizem a preservação, a promoção e a sustentabilidade do patrimônio museológico brasileiro.

ABRANGÊNCIA

Localidade: Estado do Amapá

Público-alvo: Museus e instituições de memória do estado do Amapá

METAS A SEREM ALCANÇADAS

- Implementação, por meio de parcerias e ações integradas, o Sistema Estadual de Museus, cuja execução se mostra estratégica para o incremento das ações empreendidas na construção de políticas públicas para o campo dos museus no estado do Amapá. (IBRAM e Secretaria de Estado de Cultura do Amapá);
- A articulação das ações técnicas visando a capacitação de gestores e profissionais que atuam nas diversas áreas de competência técnica dos museus do estado do Amapá (IBRAM e Secretaria de Estado de Cultura do Amapá);
- O desenvolvimento de ações conjuntas visando o estreitamento de políticas de fomento e financiamento para os museus e Pontos de Memória do estado do Amapá (IBRAM e Secretaria de Estado de Cultura do Amapá);
- Fortalecimento do Sistema Brasileiro de Museus por meio de criação e articulação com os sistemas estaduais de museus (IBRAM);
- Articulação com os museus e instituições de memória no estado do Amapá, objetivando a gestão integrada e o incentivo à criação de Sistemas Municipais de Museus (Secretaria de Estado de Cultura do Amapá)
- Realização de ações voltadas para a participação dos museus e instituições de memória do estado do Amapá, integrando a Semana Nacional de Museus, Primavera de Museus, Passaporte de Museus e Fórum Nacional de Museus (IBRAM e Secretaria de Estado de Cultura do Amapá);
- Realização do projeto Reconexões (IBRAM e Secretaria de Estado de Cultura do Amapá);
- Implementação de ações estruturantes e estruturais do Ibram no Estado do Amapá (IBRAM e

UNIDADE RESPONSÁVEL E GESTOR DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Instituto Brasileiro de Museus - ASREL/SBM

Gestor do ACT: Vera Lucia mangas da Silva , matrícula 223318

Secretaria de Estado de Cultura do Amapá

Gestor do ACT: Flávia Suanny Santana de Souza, matrícula 0997693-0-01

CRONOGRAMA DO PLANO DE AÇÃO

LINHA DE AÇÃO	2025									2026		
	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR
Assinatura do ACT	X											
Reunião de integração de ações visando a implementação do sistema estadual de museus.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Reuniões com representantes da Secretaria de Cultura do Amapá	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Planejamento e articulação dos museus e instituições de memória do estado do Amapá	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Planejamento e realização de ações visando a formação e capacitação, apoio a programas de fomento e implementação de projetos colaborativos junto às Instituições museológicas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Planejamento e realização da Semana Nacional de Museus	X	X										X
Planejamento e realização da Primavera de Museus				X	X	X						
Implementação de ações estruturantes e estruturais do Ibram no Estado do Amapá	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Planejamento de ações para o Fórum Nacional de Museus										X	X	X
Planejamento e modulação de projetos visando a promoção de ações comuns	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Apoio técnico nas ações voltadas para a implementação de Sistemas Municipais de Museus	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Elaboração de relatórios								X	X			X

Brasília/DF, 02 de abril de 2025.

Partícipe 1

Fernanda Santana Rabello de Castro

Presidente do IBRAM

Partícipe 2

Clícia Hoanna Vilhena Vieira Di Miceli

Secretária de Cultura do Amapá